

**VAMOS FALAR SOBRE GÊNERO?
CONEXÃO FAMÍLIA-ESCOLA**
RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO
INFANTIL

Priscila Gomes de Oliveira; John Lenon Araujo Lucena; Ricardo Breno Fernandes Góes;
Francisco Felipe Paiva Fernandes

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; priscilagoo@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir acerca do tabu existente nas discussões de identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual no contexto educacional e escolar. Além disso, busca abarcar a posição da escola frente a representação do presente tema para a família e as possibilidades de atuação da Psicologia nesse cenário. Dentre as instituições discursivas que constituem os corpos, encontram-se a família e a escola. Nesse sentido, o presente trabalho versa sobre a possibilidade de conexão entre essas instâncias com vistas a promover, sem excluir, a discussão e o conhecimento sobre o tema da identidade de gênero. Para isso, partimos da experiência de um dos autores em uma unidade de educação infantil onde uma atividade que evocava a família revelou a ausência do seu discurso na cena escolar. A discussão acerca desse acontecimento evidenciou o receio em abordar o tema e a surpresa ao encontrar famílias dispostas a fomentar a discussão. Acreditamos, portanto, que a exclusão da família no contexto educacional e escolar reforça estereótipos e dificulta a comunicação sobre temas considerados socialmente controversos e complexos. Destarte, a escuta direcionada aos familiares torna-se uma ferramenta de conhecimento das principais demandas que perpassam essa instituição, bem como a compreensão acerca da representação constituída pela família sobre a problemática, possibilitando mudanças paradigmáticas na maneira de transmitir às crianças questões referentes a identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual. Esperamos que o presente trabalho possibilite novas discussões sobre a importância de inserir a família nas discussões de gênero no contexto educacional e escolar.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Representação. Família. Psicologia.

INTRODUÇÃO

A conexão entre a família e a escola é crucial ao desenvolvimento infanto-juvenil nos mais variados âmbitos de sua formação. Alusivo ao campo moral e de valores, Biaggio (2002, p. 19) questiona: “como o ser humano, que nasce uma criança sem princípios morais, vai se transformando numa pessoa que respeita os outros e vive em sociedade?” Na tentativa de abarcar esse questionamento, o presente artigo detém-se a interlocução existente entre a família e a escola quanto a representação que ambas possuem acerca dos seguintes marcadores sociais da diferença: identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual. Acreditamos ser esse um campo carregado de conotação moral que desemboca nas mais variadas reações, desde a incompreensão à hostilidade, preconceito e agressividade.

Constitucionalmente, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, que deve ser promovida e incentivada pela sociedade, visando ao pleno desenvolvimento

da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205). Desse modo, o engajamento da família e da comunidade no contexto escolar é um dever imprescindível ao processo ensino-aprendizagem, à construção do caráter e ao desenvolvimento da moralidade da criança/adolescente enquanto ser constituinte da sociedade. Destarte, a educação é um campo que envolve a parceria de diversos atores sociais, como: alunos, professores, pais, diretores, coordenadores, psicólogos e a própria comunidade onde a criança/adolescente e a escola estão inseridas.

A partir desse ângulo, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social (DESSEN e POLONIA, 2007, p. 22). Ao que concerne à identidade de gênero, à sexualidade e à orientação sexual, verifica-se um desconforto, e até mesmo, despreparo, por parte de ambas as instituições em abordar o assunto, principalmente, com crianças entre 4 e 12 anos. Segundo Felipe (2004, p. 33),

a escola, em geral, não disponibiliza outras formas de masculinidade e feminilidade, preocupando-se apenas em estabelecer e reafirmar aquelas já consagradas como sendo a referência. Tudo o que se distanciar dela poderá ser interpretado como anormal, desviante.

Ou seja, observa-se atitudes e comportamentos que promovem rotulações e estereótipos discriminatórios, maximizando a rivalidade e a agressividade entre meninos e meninas e minimizando as possibilidades de diálogos sobre a temática.

Desse modo, retratar questões de gênero requer a conceituação de determinados termos, bem como, a explanação da perspectiva dos autores sobre o assunto. Nesse sentido, de acordo com Jesus (2012, p. 12), tem-se que o

gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual.

Já a sexualidade, é conceituada, segundo Figueiró, como

uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode,

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br
www.generoesexualidade.com.br

pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também, não pode ser percebida como “parte” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital de subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais (FIGUEIRÓ, 2001, p. 39).

O gênero é compreendido, portanto, como uma “categoria de análise social e, assim como a sexualidade, é concebida como uma produção da cultura” (SILVA; FREITAS, 2016, p. 3). Da mesma forma, os fatos supostamente naturais ou biológicos do sexo são sujeitos a interpretação e reinterpretação no contexto de um discurso específico sobre o sexo e sobre a identidade (MOORE, 1997). Como afirma Butler (2001), o caráter discursivo da sexualidade produz novas concepções sobre sexo, sexualidade e gênero capazes de estabelecer as normas que regulam o sexo dos sujeitos pelas quais é possibilitada a materialidade dos corpos.

Discutir sobre formas de identificar-se e relacionar-se de modo diferente do que é estabelecido, é contribuir para uma maior compreensão da alteridade, oferecendo subsídios teórico-reflexivos tanto aos educadores quanto aos familiares. Nesse sentido, o presente artigo objetiva refletir acerca do tabu existente nas discussões sobre identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual no contexto educacional e escolar, bem como abarcar a posição da escola frente a representação do tema para a família e as possibilidades de atuação da Psicologia nesse cenário. Acreditamos, portanto, que a exclusão da família no contexto educacional e escolar reforça estereótipos e dificulta a comunicação sobre temas considerados socialmente controversos e complexos. Destarte, a escuta direcionada aos familiares torna-se uma ferramenta de conhecimento das principais demandas que perpassam essa instituição, bem como a compreensão acerca da representação constituída pela família sobre a problemática, possibilitando mudanças paradigmáticas na maneira de transmitir às crianças questões referentes a identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual. Esperamos que o presente trabalho possibilite novas discussões sobre a importância de inserir a família nas discussões de gênero no contexto educacional e escolar.

MÉTODOS

A construção do presente trabalho originou-se da experiência em uma unidade de educação infantil na cidade de Campina Grande-PB. A realização de uma atividade voltada ao âmbito da inteligência interpessoal e das

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br

www.generoesexualidade.com.br

habilidades sociais com ênfase na comunicação expressiva e na assertividade, objetivando trabalhar emoções e agressividade entre crianças de 4 a 6 anos, obteve novos contornos quando, em resposta, uma das famílias enfatizou questões de gênero. A interlocução entre a família e a escola é imprescindível para o desenvolvimento psíquico, moral e intelectual de crianças e adolescentes. Referente aos estudos e discussões sobre identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual verifica-se ainda uma conexão pouco incipiente entre as instâncias supracitadas. A experiência relatada no presente artigo evidenciou o receio existente no ambiente escolar em abordar o tema, a ausência do discurso familiar na cena e a surpresa ao encontrar famílias dispostas a fomentar a discussão.

Diante desse cenário, realizou-se uma pesquisa teórica a fim de se traçar estratégias de atuação dos profissionais da educação, da família e dos profissionais de Psicologia para intervir nessa problemática. O aporte teórico utilizado ao embasamento do trabalho pautou-se em textos do Banco de Teses CAPES e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), que concentra informações da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e do Scientific Electronic Library (SciELO). O rastreamento conceitual ocorreu a partir dos seguintes descritores: gênero, identidade, educação, família, psicologia, sexualidade. Como critérios de refinamento foram incluídos os artigos, dissertações e teses que relacionavam o tema proposto, publicados no Brasil, disponibilizados como texto completo e excluídos os arquivos coincidentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. EXPERIÊNCIA COM BONECO “TÉO” – A SURPRESA

A intervenção com o boneco “Téo” objetivou trabalhar a agressividade infantil frequentemente observada no ambiente escolar. Para tanto, decompomos o momento em duas partes: a primeira foi a contação de história em sala de aula. Na história, “Téo” foi machucado pelo coleguinha ao brincar no parque, necessitando assim, de cuidados e afetos do seu novo amigo. Em seguida os bonecos foram distribuídos para cada criança, responsável por levá-lo para casa por um período de 24 horas. A execução dessa atividade visava a inclusão dos pais/responsáveis a partir da tarefa de relatar a experiência vivenciada por seu/sua filho(a). Para isso, enviamos um folder explicativo com local reservado às anotações. A segunda parte da intervenção voltou-se a construção de uma roda de conversa com as crianças a fim de dar voz a suas experiências e aventuras com “Téo”.

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br
www.generoesexualidade.com.br

Segundo Freire (2002), o lúdico tem um caráter útil para a educação, em especial, no período da primeira infância (2 a 7 anos). É nessa fase que, por meio da linguagem, a criança se torna capaz de reconstituir e elaborar suas ações sob a forma de narrativa.

Ao receber as respostas, no dia seguinte, uma delas chamou atenção. No folder, a família descreveu como foi o dia de seu filho com “Téo” e ao final salientou para que trabalhássemos com “bonecas Maria”, pois eram a favor da discussão de gênero no ambiente escolar. Diante desse acontecimento, surgiram inquietações sobre a ausência de escuta às demandas familiares na unidade. Portanto, o presente trabalho versa sobre a possibilidade de conexão entre essas instâncias com vistas a promover, sem excluir, a discussão e o conhecimento sobre o tema da identidade de gênero.

2. VAMOS FALAR SOBRE GÊNERO? CONEXÃO FAMÍLIA-ESCOLA

A partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que são as diretrizes organizadas pelo Governo Federal tendo como foco a orientação educacional, “a escola ganha legitimidade para desenvolver projetos estruturados a partir de três blocos de conteúdo: a) corpo – matriz da sexualidade; b) relações de gênero; e c) prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (Aids) em todo o território nacional” (ROSISTOLATO, 2009, p. 12).

Com isto, o cotidiano escolar passa a fazer parte de um cenário que envolve uma série de dilemas, tabus e preconceitos que, muitas vezes, precisam estar interligados para que o diálogo sobre gênero e sexualidade possa fluir. De acordo com Rosistolato (2009, p. 12), ocorre um deslocamento do privado para o público de forma que uma tarefa antes circunscrita à família passa a ser entendida como função social da escola. Conseqüentemente, a conexão família-escola encontra dificuldades e barreiras sociais que se tornam um empecilho à realização de um trabalho conjunto e continuado. Em contrapartida, tem-se que o laço social é vivido como uma extensão do laço familiar, logo, não é possível imaginar um contexto educacional existente sem a presença e participação da família.

Apesar de sofrer diversos embates, sendo visto pelos familiares como um ensinamento para a sexualidade ou como uma forma de influenciar as crianças a “tornarem-se” gays, o projeto de orientação sexual configura-se um grande passo na sociedade brasileira rumo a discussão e a queda de estigmas sobre o tema. Além disso, dispõe de informações sobre a sexualidade como um todo, de um aparato para que crianças e adolescentes sintam-se aceitas no contexto social e compreendam a diferença

como algo positivo, esclarecendo dúvidas frequentes sobre corpo, sexo e sexualidade, comuns a essas fases do desenvolvimento.

A orientação sexual nas escolas consolida-se como um conjunto de atividades que têm como objetivo ampliar o campo de reflexão dos envolvidos, sem intervir diretamente em suas escolhas. A ideia é que os estudantes tenham a possibilidade de optar pelo tipo de vivência sexual que considerarem mais adequado, no momento em que decidirem, sem que a atuação dos professores induza suas escolhas. Propõe-se que nenhum comportamento sexual seja desvalorizado no desenvolvimento dos projetos de orientação sexual (ROSISTOLATO, 2009).

Dessa forma, as crianças e os adolescentes podem crescer em um ambiente onde a alteridade não deve ser temida ou alijada do que é considerado “normal”, mas como um marcador a ser respeitado e valorizado da existência humana. Diante disso, torna-se crucial estabelecer uma conexão entre essas duas instâncias a fim de minimizar comportamentos hostis voltados às questões de identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual. Para tanto, tem-se a figura do profissional de Psicologia enquanto uma possibilidade de mediação e da promoção de atos transformadores da realidade familiar, escolar e social.

3. A PSICOLOGIA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A relação família-escola pode ser facilitada pelo psicólogo educacional e escolar. Para Martinez (2010), os compromissos que os psicólogos que trabalham nos contextos educativos têm com a educação brasileira podem evidenciar-se de diferentes formas, como por exemplo, o engajamento com a transformação dos processos educativos e com a efetivação das mudanças necessárias que demanda a promoção do diálogo sobre os principais temas que constituem o sujeito. Ou seja, assim como a Pedagogia, a Psicologia atua como um mecanismo de transformação da realidade social.

A realização do trabalho conjunto entre profissionais, pais, crianças, psicólogo e comunidade pode ser efetivada com a elaboração e coordenação de projetos educativos, a partir da análise de necessidades que devem indicar os caminhos para a prática do psicólogo na instituição, implicando na construção conjunta de canais e alternativas para que os envolvidos assumam posturas solidárias e éticas em consonância com o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Assim, segundo Freitas (1998), o trabalho desenvolvido apresenta estratégias que objetivam a coleta de informações, a identificação de necessidades e problemas, a detecção dos modos alternativos de enfrentamento e

resolução, a discussão conjunta com as crianças e os responsáveis, a construção de grupos, a avaliação contínua e a reformulação dos caminhos adotados. No que concerne ao diálogo com os pais, a intervenção implica ações de escuta em função das necessidades específicas da família e da criança. Além disso, compete a esse profissional facilitar de forma crítica, reflexiva e criativa a implementação de políticas públicas voltadas a identidade de gênero, a sexualidade e a orientação sexual.

Ao que concerne as questões de gênero, o psicólogo pode e deve realizar um papel importantíssimo. Muitos dos profissionais da educação que estão envolvidos diretamente no contato com crianças e adolescentes, possuem dificuldades em quebrar seus próprios preconceitos. Com isso, o psicólogo emerge na resolutividade dos conflitos e na intervenção em situações de tensão, angústia e incertezas, promovendo, por exemplo, rodas de conversa e diálogos que visem à desconstrução de estereótipos e pensamentos intolerantes. A interface entre psicologia e educação necessita, portanto, ser reforçada pelos seus profissionais, uma vez que é na interdisciplinaridade destas que o trabalho pode ser efetuado e consolidado.

CONCLUSÕES

A representação de gênero e suas nuances configuram tanto para a escola quanto para a família é um debate longo e denso. Apesar da pouca interlocução entre essas instâncias, a educação, tanto na família como na escola não pode ser mecânica e autoritária. Ela deve ter um caráter relacional família-escola objetivando ajudar a criança a conhecer os diversos assuntos que a constituem enquanto sujeito.

Destarte, considera-se que o presente relato é de grande relevância social e acadêmica por buscar, a partir da conexão família-escola, auxiliar na formação de indivíduos autônomos, reflexivos e capacitados para participar diretamente de debates que envolvam seu próprio corpo. Portanto, o trabalho com as questões de identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual deve ser entendido como um processo de construção permanente que engloba a família, a escola e os atores e espaços que fazem parte da vida do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIAGGIO, A. M. B. *Lawrence Kohlberg: ética e educação moral*. São Paulo: Moderna, 2002.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: D.O. 5 de outubro de 1988.
- BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre a sujeción*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.
- DESSEN, M. A.; POLONIA A. C. *A família e a escola como contexto de desenvolvimento humano*. Paidéia, 2007, 17(36), 21-32;
- FELIPE, Jane. Entre batons, esmaltes e fantasias. In. MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (org.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- FIGUEIRÓ, Mary N. D. *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 2. ed. Londrina: UEL, 2001.
- FREITAS, M. de F. Q. de. *Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo*. Psicologia: Reflexão e Crítica [online]. 1998, vol.11, n.1, pp.175-189.
- JESUS, J. G. de. *Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos* / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*, Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MARTÍNEZ, A. M. *O que pode fazer o psicólogo na escola?* Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar, 2010.
- MOORE, H. *Compreendendo sexo e gênero* (Tradução de Júlio Assis Simões, para uso didático, do original Understanding sex and gender). In: INGOLD, Tim (ed.) *Companion encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, 1997.
- ROSISTOLATO, R. P. da R. *Gênero e cotidiano escolar: dilemas e perspectivas da intervenção escolar na socialização afetivo-sexual dos adolescentes*. Estudos Feministas, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.
- SILVA, C. G. da; FREITAS, M. J. de. *Módulo 3-Sexualidade e orientação sexual*. Editora: USP, 2016.